

O poder dos vínculos fracos: as estratégias dos conectores na dinâmica do capitalismo em rede

The power of weak ties: the strategies of the connectors on the dynamics of network capitalism

Jandir Pauli^a
Carlos Costa^b

RESUMO: Nas últimas décadas a sociologia econômica vem protagonizando debates sobre a utilização do conceito de rede na análise das relações econômicas. Destacam-se a proposição do conceito de “enraizamento” de Mark Granovetter (1973; 1985) e a noção de “conexionismo” defendida por Luc Boltanski (1999). Enquanto Granovetter propõe o conceito como ferramenta analítica para percepção do relacionamento entre agentes que se valem de elos fracos no tecido social para estabelecerem novas conexões e oportunidades de atuação, a crítica de Boltanski salienta que o capitalismo, no contexto conexcionista, ressignifica a exploração na medida em que organiza os indivíduos em uma rede fluída dividida entre conectores dotados de mobilidade e os que estão sob a constante tensão da desconexão pela ação destes conectores. Este ensaio discute o alcance teórico destas perspectivas na medida em que se vale da categoria de rede para articular a ação de agentes e instituições na explicação na dimensão social das ações econômicas.

Palavras-chave: Redes. Enraizamento. Conexionismo. Sociologia econômica.

ABSTRACT: In the last decades the economical sociology is playing debates about the use of the net concept in the analysis of the economical relationships. They stand out the proposition of the concept of “embeddedness” of Mark Granovetter (1973; 1985) and the notion of “connexionism” for Luc Boltanski (1999). While Granovetter proposes the concept as analytic tool for perception of the relationship among agents that are been worth of weak links in the social fabric for us to establish new connections and opportunities of performance, the critic of Boltanski points out that the current capitalism puts back the exploration in the measure in that organizes the individuals in a flowed net divided among connectors endowed with mobility and the ones that are under the constant tension of the disconnection for the action of these connectors. This rehearsal discusses the theoretical reach of these perspectives in the measure in that is been worth of the net category to articulate the agents’ action and institutions in the explanation in the social dimension of the economical actions.

Keywords: Nets. Embeddedness. Connexionism. Economical sociology.

^a Professor na Faculdade Meridional (IMED). Doutor em Sociologia pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). E-mail: <jandir@imed.edu.br>.

^b Professor na Faculdade Meridional (IMED). Professor na Faculdade IDEAU. Doutorado em Plant Science - McGill University, Canada. E-mail: <carlos.costa1@gmail.com>.

1 Introdução: o arcabouço teórico e metodológico do conceito de rede

Este estudo pretende explorar o alcance do conceito de rede nas teorias de Mark Granovetter e Luc Boltanski. O roteiro desta análise prevê uma breve apresentação dos avanços da utilização do conceito de rede em ciências sociais como metodologia de análise da relação indivíduo-estrutura para, em seguida, localizar o conceito como vetor das relações econômicas, procurando fugir da dicotomia indivíduo-estrutura e evitando o que metaforicamente poderíamos chamar de “tentativa de colar o que é não é possível de ser colado”. Neste ínterim, partiremos das contribuições do conceito de “Sociedade em Rede”, cunhado por Manuel Castells, para em seguida analisar os avanços das noções de “Conexionismo” de Luc Boltanski e de “enraizamento” de Mark Granovetter. Em outros termos, partimos do caráter heurístico do conceito de Rede para explicação da dinâmica social no contexto econômico, enfatizando a emergência de construtores e conectores neste contexto.

As hipóteses deste estudo não encaram a discussão indivíduo-estrutura, mas oferecem um sólido material para análise da dinâmica social na medida em que propõem uma categoria que permita analisar a dinâmica social para além do tensionamento indivíduo-estrutura. Neste sentido, recorreremos aos conceitos desenvolvidos por Granovetter, aos quais se deve uma importante elaboração em torno da emergência de construtores de redes que identificam buracos estruturais e vínculos fracos como possibilidades de expansão da rede e intensificação das conexões entre as organizações empresariais e a sociedade. Também utilizaremos o conceito de capitalismo de redes onde emerge a figura do conector como agente da dinâmica social.

Assim, as bases teóricas deste estudo partem das contribuições de Boltanski e Granovetter para uma análise da ação econômica através da abordagem de redes. Note-se que o termo “nova sociologia econômica” cunhado por Granovetter em 1985 logrou avanços consideráveis à abordagem capitaneada por Parsons na década de 60, principalmente na sociologia econômica americana, ao introduzir a utilização da metodologia de rede para análise de fenômenos econômicos. Sua proposta de fundir as noções

de “enraizamento” com a estrutura de redes assegurou que a tarefa da sociologia econômica seria a análise do modo pelo qual ações econômicas são resultados de redes sociais.

2 Considerações sobre o conceito de rede

O conceito de rede vem sendo amplamente utilizado nas ciências sociais¹ para identificar 1) relações entre diversos fenômenos e compreensão do paradigma estrutural da sociedade; 2) como ferramenta de análise entre a realidade micro e macrosocial ou; 3) como estratégia coletiva com a pretensão de normatização de alternativas de sociabilidade frente aos anseios de democracia e distribuição simétrica do poder (MARTELETO, 2001; SCHERER-WAREN, 1993). Nesta perspectiva, inúmeras são as acepções teóricas do conceito. Entre elas, citamos as conclusões de Freeman (1992, p. 12 *apud* LOZARES, 1995, p. 07) que define rede como “uma coleção mais ou menos precisa de conceitos e procedimentos analíticos e metodológicos que facilita a coleta de dados e estudo sistemático de pautas (de relações sociais entre as pessoas)”. Na mesma perspectiva, para Leroy-Pineau (1994, p. 24 *apud* MARTELETO) o conceito de rede tem uma dupla utilização nas ciências sociais: a utilização estática e dinâmica.

A utilização estática explora a rede estrutura, ou seja, lança mão da idéia de rede para melhor compreender a sociedade ou um grupo social por sua estrutura, seus nós e suas ramificações. (...) A utilização dinâmica explicita a rede sistema, o que significa trabalhar as redes como uma estratégia de ação no nível pessoal ou grupal, para gerar instrumentos de mobilização de recursos.

Para fins deste estudo, definimos Rede como uma articulação polifórmica de atores sociais que, ligados por laços não necessariamente formais, mobilizam expectativas comuns. A partir desta premissa pode-se propor que a unidade de

¹ Uma importante caracterização da ampla utilização do termo nas ciências em geral e mesmo nas humanas é feita por Scherer-Warren (1999): na Geografia – redes técnicas e urbanas; na Administração – redes organizacionais, de controle; na Economia – redes de mercado, produção; na Antropologia – redes de vizinhança, parentesco; na Biologia e Ecologia – rede como tecido social ou rede energética; Além disto, o termo é utilizado amplamente na Sociometria e na Psicologia Social.

análise destas redes é a relação que os indivíduos ou grupos estabelecem entre si para consecução dos seus objetivos em um determinado espaço social, convertendo-se, portanto, em ferramenta analítica desta realidade. Por outro lado, rede pode significar um conceito analítico das relações sociais conformadas em um sistema socioeconômico altamente complexo que se valendo de dispositivos tecnológicos coloca pessoas e/ou grupos em relação, estabelecendo, a partir deste prisma, um ponto de partida para a compreensão da morfologia social.

Em geral a característica dos estudos sobre redes propõe uma tentativa de fuga da dicotomia indivíduo-estrutura que marcou a sociologia clássica. Em geral, são estudos que utilizam redes como metodologia de análise da ação entre indivíduos e sua relação com a estrutura, embora esses estudos flexionem suas conclusões ora para ênfase estrutural, ora para ênfase na ação dos indivíduos. Isto é possível ser observado nos estudos do período nascente da teoria de redes, influenciada pela Gestalt Terapia, pela Sociometria de Jacob Moreno e pela Teoria dos Campos de Kur Lewin (entre os anos 30 e 50), marcados por uma ênfase estruturalista na medida em que tentam evidenciar como a estrutura dos grupos influencia os comportamentos individuais. Por outro lado, nos anos 70 eclodiu a “nova teoria da ação” que procurou explicar a dinâmica das redes a partir dos atributos dos indivíduos, destacando os estudos de Barnes, Bott (1976), Wasserman e Faust, Mark Granovetter (1973; 1985), Ronald Burt (1992), Krackardt e Hanson (1997) e Burkhardt (1994). Nos final dos anos 90 ganham força os empreendimentos teóricos de Manuel Castells (2003; 2008), Luc Boltanski (1999), entre outros.

3 Rede como paradigma de organização social

Nos últimos anos, com a rápida expansão tecnológica das telecomunicações, da eletrônica e da computação, associado ao fenômeno cultural, político e econômico da globalização, um considerável número de autores passou a explicar a dinâmica social valendo-se da metáfora de rede. O termo Rede passa a ser utilizado com um duplo sentido: de um lado pelo seu caráter heurístico e capacidade para

demonstrar a mudança, para alguns uma revolução paradigmática, das relações sociais acompanhadas de profundas mudanças econômicas e geopolíticas. Concomitantemente, no plano epistemológico o termo passou a ser uma ferramenta analítica para fugir da dicotomia da sociologia clássica entre indivíduo e sociedade.

Manuel Castells (2003) utiliza a metáfora de rede para a compreensão do atual paradigma de organização social. Sua conclusão é de que a difusão das tecnologias da informática permitiu o crescimento dos fluxos financeiros, conectando as diversas células do capitalismo mundial, dividindo o mundo entre conectados (que influenciam na lógica de acúmulo do capital) e desconectados (sistematicamente excluídos). Segundo o autor, a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação. Estas redes transportam fluxos de capital, de informação, tecnologia, interação organizacional, imagens, sons e símbolos. Seus fluxos são processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Castells argumenta que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que conformam a “sociedade-rede”, o espaço dos fluxos ou a organização material das práticas sociais em tempo compartilhado, que funcionam através de fluxos. Castells afirma que a sociedade contemporânea está constituída em torno de fluxos de capital, de informação, de tecnologia e de interação organizacional.

Para Castells (2003, p. 566), as redes

são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada integrando novos nós, desde que consigam se comunicar dentro da rede, compartilhando os mesmos códigos de comunicação [...]. E são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e contratação descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas.

A conclusão de Castells é de que “a morfologia da Rede é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder” (2003, p. 566). Assim, o espaço dos fluxos, como forma material do suporte de processos e funções dominantes na sociedade informacional, define as configurações

de poder, pois as posições na rede são definidas através destes fluxos. Além disto, as conexões são instrumentos de poder e os conectores são os detentores do poder. A hipótese do autor é que o espaço dos fluxos é formado por microrredes de pessoas que projetam seus interesses em macrorredes funcionais em todo o conjunto global de interações, o que denomina “elite informacional”, onde as conexões são instrumentos de poder e os conectores são os detentores do poder.

Na obra *O poder da identidade* (2008) Castells analisa a questão da formação da(s) identidade(s) social(is) no paradigma das redes. Partindo da premissa de que a identidade como princípio organizacional da sociedade, o autor analisa a relação entre identidade e Rede, uma vez que a sociedade atual é marcada por uma lógica de distanciamento entre identidades locais. Assim, a dinâmica da rede global tenta sobrepor-se às identidades locais e estas reagem como movimentos de resistência (comunal) à globalização como processo único de sociabilidade humana. A partir disto, se estabelece uma luta simbólica dos que se sentem ameaçados no seu código identitário com a rede “global”.

Segundo Castells, uma dos principais efeitos destas mudanças sociais é a desestruturação das organizações tradicionais e por isso a identidade torna-se a principal e às vezes a única fonte de significado individual e/ou coletivo de significação social (2003:41) e isso provoca o reagrupamento das pessoas em torno de identidades primárias estabelecendo-se uma polaridade entre Rede e Ser.

Quando a rede desliga o ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social (2003, p. 60)

Portanto, identidade e cultura passam a ser os grandes desafios do capitalismo de redes na medida em que o padrão global procura se sobrepor à local. No plano das organizações empresariais, esta configuração das relações sociais exige a incorporação de elementos da cultura para produção de significados que associem a lógica global, preservando elementos específicos locais.

4 Enraizamento e conexãoismo

Luc Boltanski e Eve Chiapello também são autores que se valem da metáfora de rede como variável explicativa da realidade. Na obra *Le nouvel esprit du capitalisme* (1999) os autores indagam sobre a condição de possibilidade de o sistema capitalista continuar se mantendo, mesmo produzindo desigualdade. Sua pretensão é, portanto, explicar a “nova” dinâmica do capitalismo e seus processos de produção de desigualdade e as novas formas de manifestação da exploração².

Segundo Boltanski e Chiapello (1999), o capitalismo possui modelos de justificação social e “ordens de justiça” que equacionam a tensão permanente entre sua autodestruição com as exigências morais de bem-comum. Estas “ordens de justiça” criaram o mundo conexãoista que elaborou um conceito moral que seria próprio da sua terceira fase, superando, portanto, o imperativo moral característico do capitalismo industrial – enraizado no ascetismo moral da ética calvinista – e também a sua segunda-fase, a do capitalismo monopolista de Estado – expressa no *Welfare State*. Este “terceiro espírito” seria, então, uma tentativa de superação do hiato entre o projeto capitalista e sua realização através de uma refundação da sua moralidade estabelecendo uma nova ordem de justiça.

Em outras palavras, o sistema capitalista só se mantém pela sua capacidade de assimilação da crítica que lhe é imputada pela crítica social e artística, ambas do início da segunda metade do Século XX. De um lado o movimento de Maio de 68 e do outro o Socialismo como alternativa de organização socioeconômica. Note-se que enquanto a crítica artística acentuava o caráter da liberação e autenticidade apontando o modelo fordista de organização do trabalho como aspecto fundante da incapacidade do capitalismo em realizar o trabalho no seu caráter antropogenético ou emancipatório, a crítica social denunciava a miséria e a exploração provocada pelas ondas tecnológicas que marcaram os ciclos econômicos do sistema econômico em suas crises e reestruturações produtivas. São consideradas

² Para os autores, uma nova apreciação da estrutura da exploração deve, necessariamente, abandonar a noção de classe como conceito explicativo da dinâmica social, isto é, abandonar a pretensão de que a dinâmica social se desenvolve a partir da luta de classes.

fontes de indignação o desencantamento em relação a modos de vida considerados como não-autênticos, processos de trabalho precário e com alto controle, aumento da desigualdade e da miséria e, por fim, o egoísmo e oportunismo que corroem os laços sociais.

Seguindo este raciocínio, Boltanski e Chiapello (1999) argumentam que o próprio sistema social refunda constantemente uma nova lógica das práticas coletivas que se conformam em novos modelos de justiça. Estes modelos atuam como justificações morais que resultam naturalmente da necessidade de bem comum que articula o projeto macro-social. Para isto, os autores desenvolvem a noção de “Cidade de Projetos” como estratégia coletiva para fundar “modelos de justiça” que seriam imprescindíveis para a manutenção e reelaboração dos marcos fundantes do sistema social e a realização das promessas do capitalismo.

Por fim, a Cidade de Projetos repousa sobre um mundo conexcionista onde a Rede se materializa em um clique entre explorados e exploradores através de uma tensão permanente entre o que está próximo (em centros de comando e controle) e o que está distante; entre os que têm condições de mobilidade e os que estão fixos. É nesta teia que atores sociais desenvolvem sua ação. Estas práticas hodiernas relacionam os objetos que conformam o espaço físico, os indivíduos e suas expectativas e, por fim, os aspectos simbólicos que mediam os projetos coletivos.

5 A emergência dos construtores de rede

A partir dessa dinâmica, a segunda contribuição de Boltanski e Chiapello (1999) para compreensão da dinâmica social é a caracterização do mundo social como Rede a partir de uma dinâmica conexcionista buscando, desta forma, compreender tanto as estratégias individuais (marcadamente egoístas) e as ameaças coletivas face ao novo espírito do capitalismo. Os autores qualificam o conexionismo como uma condição de sociabilidade dentro de uma ordem de justiça no novo espírito do capitalismo. Sua justificção está no estabelecimento de um projeto que arranja indivíduos em uma rede fluída, incorporando a crítica e tornando a sociedade equilibrada e tolerável. Neste sentido, surgem dois atores que agem sobre o tecido do social:

o *mailleur*, caracterizado como o indutor de modelos de justiça e inclusão social e o *faiseurs*, também chamado de “Fabricante de Redes”, que se aproveita da dinâmica social em proveito próprio.

Para Boltanski e Chiapello (1999), este modelo permite compreender, portanto, as assimetrias sociais, uma vez que o conexionismo desenvolve uma forma de exploração que se sustenta na mobilidade de determinados indivíduos em um campo de ação indefinido quanto aos limites “físicos”, e pouco controlados no sentido da ordenação dos fluxos burocráticos. Portanto, a característica básica do conector é a mobilidade que lhe confere o poder para conectar pessoas e colocá-las em locais estratégicos, atuando como seus substitutos e que devem permanecer imóveis enquanto o conector continua se movendo, ampliando capital social e convertendo este em capital econômico. Em suma, a imobilidade de alguns é a condição de possibilidade da movimentação de outros. E este processo gera a desigualdade e a angústia proveniente da tensão à qual os explorados estão submetidos ante o risco permanente da sua desconexão, visto que os elos não são eternos, mas precários e condicionados pelos movimentos do conector. Então, enraizamento, fidelidade e estabilidade tornam-se sinônimos de precariedade. Concomitantemente, o conector consegue fazer com que instituições e empresários suportem os riscos que ele impõe. Sua estratégia não consiste em beneficiar a equipe onde ele atua, mas tirar proveito das fontes as quais ele tem acesso e do fraco nível de controle exercido sobre ele pela condição “espacial” (em forma de rede) para acumular mais capital social e, conseqüentemente, mais capital econômico.

Desta forma, Boltanski e Chiapello (1999) procuram ressignificar a noção de exploração uma vez que a desigualdade surge da assimetria num clique com diferenciação entre móveis e imóveis. O grande precursor deste modelo é o mercado financeiro que através da sua extrema mobilidade e volume de fluxos de informação e capital econômico que transporta, estabelece a dinâmica maior na sociedade globalizada. Em um segundo plano, de forma similar, mas menos intensa, as multinacionais tencionam sobre as barreiras fixas dos Estados nacionais sua lógica quase itinerante. Por fim o consumidor (acionista

e investidor), que possui o *savoir-faire* na arte de conectar instituições e empresas ao capital econômico, impõe seu desejo em um ambiente de não-fidelização, deixando a empresa e seu pessoal à mercê da sua instabilidade. Em resumo,

as relações de exploração fundadas sobre os diferenciais de mobilidade parecem então inúmeros: mercados financeiros *versus* países; mercados financeiros *versus* empresas; multinacionais *versus* país; grandes doadores de ordem *versus* pequenos sub-contratados; *expert* mundial *versus* empresa; empresa *versus* pessoal precário; consumidor *versus* empresa (1999, p. 459).

Boltanski e Chiapello (1999), amparam suas conclusões na análise da obra do americano Ronald Burt (1992) que estudou o aparecimento do “fabricante” de redes a partir de “buracos estruturais” (*structural holes*) que otimizam relações ligando vazios intersticiais. Valendo-se do que Boltanski e Chiapello (1999) denominam “valores conexionistas” (autonomia, o auto-engendramento e o individualismo), estes *self-made man* articulam três tipos de capitais na sua prática social: o econômico, o humano e o social. Segundo os autores, no processo conexionista a primazia do conector repousa sobre o capital social, entendido como o conjunto das relações de um indivíduo. Neste ponto, o conector percebe um hiato comunicacional e traça uma ponte procurando explorar e acumular capital econômico a partir de uma assimetria de informação. Esta “capitalização”, por sua vez, impede que os indivíduos “mais fixos” consigam conectar em um volume igual ou superior ao conector e isso possibilita a neutralização da concorrência.

Burt (1992) identifica buracos estruturais e vínculos fracos como possibilidades de expansão da rede. Portanto, segundo estes autores, a figura do conector de redes seria imprescindível para a existência e intensificação das conexões entre as organizações empresariais e a sociedade. Externo à empresa e dotado de uma grande capacidade de mobilidade, sua tarefa é estabelecer os canais de comunicação (e troca) entre as organizações e o mercado através de capital social acumulado (BURT, 1992) pelo seu “livre” tráfego na malha da rede.

O construtor é, então, dotado de um poder que lhe permite ocupar espaços vazios entre a fixidez de dois pontos dispersos. Através destas ligações, efêmeras e que não impedem sua mobilidade, este indivíduo se torna imprescindível para a ampliação da rede. Um dos fundamentos da mobilidade do construtor de redes é o seu desprendimento em relação ao organograma formal da empresa. Portanto, não possui vínculos formais, fixos ou permanentes com a empresa e nem se interessa em tê-los. Isto impede que seja controlado pela estrutura burocrática das empresas por onde ele transita.

Para Granovetter (1973; 1985), a idéia de rede permite ao conector expandir sem depender de um espaço circunscrito da atuação da empresa ou de determinado lugar, mas sua estratégia consiste em encontrar os pontos fracos que precisam ser conectados. Discorrendo sobre o “poder dos vínculos fracos”, Granovetter (1973; 1985) salienta que quanto mais fortes os vínculos conectando dois indivíduos, mais similares são. Enquanto vínculos fortes indicam a existência de redes (comunidades ou conjuntos) coesas e densas, vínculos fracos sugerem contatos e relacionamentos eventuais e superficiais, que se estabelecem entre diferentes redes. O autor recorre ao conceito de “ponte”, ou seja, “uma linha em uma rede que provê a única passagem entre dois pontos”, e destaca sua importância como forma de conexão entre dois setores ou conjuntos, de outra maneira desconectados, e vincula tais pontes à presença de vínculos fracos.

É neste contexto que emerge a figura do conector como agente capaz de construir pontes e produzir conexões, reunindo atributos importantes e mobilizando recursos sociais através conexões entre pontos dispersos. Segundo Granovetter (1973; 1985), este conector atuaria conectando recursos dispersos, mas conhecidos, presentes em diferentes redes ou grupo sociais, lançando mão, para isso, de conexões e contatos privilegiados. Analisando pelo prisma econômico, o autor conclui que o conector vai, assim, ocupando e preenchendo os espaços vazios, mas facilmente perceptíveis no mercado. Neste contexto, o empreendedor pode ser vislumbrado como um agente de conexões, capaz de forjar redes com diferentes graus de inovação na combinação de recursos novos e/ou antigos dispersos no mercado.

Conclusão: a estratégia dos conectores no capitalismo em rede

Luc Boltanski e Eve Chiapello evidenciam em suas pesquisas que estamos diante de uma nova fase do capitalismo, caracterizado por um alto grau de conexão e uma alta densidade de fluxos de comunicação. Na argumentação dos autores o conexionalismo vê-se regido por estratégias individuais que se deslocam em uma rede fluída sem fronteiras burocráticas das organizações e que tem a capacidade de converter capital social em capital econômico através do estabelecimento de ligações entre pontos dispersos em um sistema altamente integrado. Estes conectores, também chamados de “Construtores de Rede” desenvolvem sua ação colocando-se como condição de possibilidade para o acesso das organizações empresariais ao mercado e com isto submetem estas organizações à sua lógica, marcadamente individualista.

De outro lado, há também conectores de rede que elaboram projetos de justiça e realizam o ideário do bem comum. Estes, segundo Boltanski e Chiapello (1999) seriam os responsáveis, em última instância pela reelaboração, através das suas práticas, da justificação moral do sistema econômico capitalista. Nesta nova “fase”, o capitalismo teria reestruturado seus modelos de justiça para renovação da sua legitimação social, desgastada pela crítica artística e social imputada pelos movimentos sociais, isto é, enquanto a crítica social denuncia a não realização das promessas de igualdade e distribuição da riqueza, a crítica artística denuncia o caráter precário do trabalho na sociedade contemporânea. Segundo os autores, o capitalismo teria assimilado estas críticas e sua nova fase proporia uma nova estratégia para sua solução. Do ponto de vista da crítica artística, uma das grandes transformações deste período foi a reorganização produtiva que incorporou a noção de trabalho flexível em contraposição ao modo fordista como forma de permitir a sua condição emancipatória ou caráter identitário. O ponto crucial seria, segundo Boltanski e Chiapello (1999), a capacidade do capitalismo em assimilar a crítica social e artística, posta pelos movimentos sociais contestatórios.

Conforme proposto no plano de desenvolvimento da análise, este estudo não pretendia adentrar no debate indivíduo-estrutura que está

na gênese da utilização do conceito de rede nas ciências sociais. Nosso propósito foi apresentar as contribuições que o conceito propôs para análise macrossocial, permitindo entender a emergência e o espaço da agência dentro deste contexto. Neste ponto, tanto a aproximação entre o individualismo metodológico americano e Granovetter, quanto a relação de Boltanski e Chiapello com o estruturalismo francês não foram abordados. Acentuamos um ponto de convergência entre ambos no que tange à importância de compreensão das estratégias individuais em um contexto mais amplo, formatando um modelo teórico que supera uma noção estática da identidade “indivíduo-sociedade” na perspectiva da compreensão da dinâmica de formulação das estratégias dos conectores e/ou construtores de rede em um plano macrossocial.

Referências

- BOLTANSKI, L. *Les cadres: la formation dun groupe social*. Paris: Minuit, 1982.
- _____. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié, 1990.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BURKHARDT, M. Social Interaction Effects Following a Technological Change: A Longitudinal Investigation. *Academy of Management Journal*, v. 37, n. 4, p. 869-898, 1994.
- BURT, R. S. *Structural Holes: The Social Structure of Competition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. 7. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.
- _____. *O poder da Identidade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, Issue 6, p. 1360-80, May 1973.
- _____. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- _____. Les institutions économiques comme constructions sociales. In: ORLEAN, André (Ed.). *Analyse économique des conventions*. Paris: PUF, 1994.
- GRÜN, R. A promessa da inserção profissional instigante da sociedade em rede: a imposição de sentido e a sua sociologia. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 5-38, 2003.
- KRACKHARDT, D.; HANSON, J. R. *Informal networks: the company in PRUSAK, Laurence*. Knowledge in organizations. S.L.: Butterworth-Heinemann, 1997.

- LOZARES, C. La teoría de redes sociales. *Papers – Revista de Sociología*, v. 48, p. 103-126, 1995,
- MACEDO, T. M. Redes informais nas organizações a co-gestão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 94-100, 1999.
- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. Networks and social capital: the role of information in local development. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, 2004.
- MENDES, A. *A contribuição da análise de redes sociais na gestão da informação de organizações: um estudo de caso*. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte. 2006.
- PORTUGAL, S. *Contributos para a discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do CES, n. 271, 2007
- SCHERER-WAREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCOTT, J. *Social Network Analysis*. London: Sage Publications, 1991.
- VENTURA, E. F. *Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: estudos de responsabilidade social no campo das organizações bancárias*. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas/EBAPE, 2005.
- VIEIRA, S. *Redes sociais e mudança organizacional: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, 2006.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.
- WHITAKER, F. (1988) *Rede: uma estrutura alternativa de organização*. RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor. Disponível em <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_oqredes.cfm>. Acesso em: 10 out. 2007.

Recebido: 31/10/2012

Aceito: 22/12/2012

Autor correspondente:

Jandir Pauli

Rua Senador Pinheiro, 304 – Vila Rodrigues

CEP 99070-220, Passo Fundo, RS

Telefone: +55 54 3045-6100

Email: jandir@imed.edu.br